

Educação, Alteridade e Audiodescrição: perspectivas dialógicas do olhar sobre a diversidade na prática pedagógica

Education, Alterity and Audio Description: Dialogical Perspectives of Sight about Diversity in Pedagogical Practice

Thiago de Lima Torreão Cerejeira  

thiagotcerejeira@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Jefferson Fernandes Alves  

jeffersonfernandes248@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Resumo

A reflexão trazida neste estudo contribui para se repensar a prática pedagógica em contextos educacionais a partir do viés da audiodescrição, enquanto recurso de acessibilidade comunicacional que amplia a compreensão de conteúdos visuais para pessoas com deficiência visual e outros públicos. Algumas contribuições teóricas convergentes com tal perspectiva são trazidas, no afã de elucidar questões prioritárias que perpassam o escopo do panorama que se deseja discutir, agregando-se ainda, ao debate, algumas proposições de caráter mais pragmático que pretendem ilustrar a adoção e a incorporação das estratégias acessíveis no âmbito educacional. Instaura-se, assim, um delineamento sobre a adoção de uma postura acessível por parte dos educadores, no sentido de incorporar a audiodescrição à prática pedagógica, visto que tal articulação contribuirá, decisivamente, para os processos de ensino e aprendizagem, bem como para a própria ampliação das relações dialógicas no contexto escolar e o consequente estabelecimento do princípio da alteridade entre todas as pessoas envolvidas nos processos educativos.

Palavras-chave

Acessibilidade comunicacional. Audiodescrição em contextos educacionais. Deficiência e alteridade. Prática pedagógica.

Abstract

The reflection brought in this study contributes to rethink the pedagogical practice in educational contexts from the bias of audiodescription, as a communicational accessibility resource that expands understanding of visual content for people with visual disabilities and other audiences. Some theoretical contributions convergent with such a perspective are brought, in an effort to elucidate priority issues that permeate the scope of the panorama we wish to discuss, adding to the debate, some more pragmatic propositions that intend to illustrate the adoption and incorporation of accessible strategies in the educational field. Thus, a delineation on the adoption of an accessible posture on

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 10/05/2023

Aprovação do trabalho: 01/06/2022

Publicação do trabalho: 26/06/2023

 10.46230/2674-8266-15-10668

COMO CITAR

CEREJEIRA, Thiago de Lima Torreão; ALVES, Jefferson Fernandes. Educação, Alteridade e Audiodescrição: perspectivas dialógicas do olhar sobre a diversidade na prática pedagógica. **Revista Linguagem em Foco**, v.15, n.2, 2023. p. 66-78. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/10668>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

the part of educators is established, in the sense of incorporating audio description to the pedagogical practice, since such articulation will contribute decisively to the teaching and learning processes, as well as to the expansion of dialogic relationships in the school context and the consequent establishment of the principle of otherness among all people involved in the educational processes.

Keywords

Communicational accessibility. Audio description in educational contexts. Disability and otherness. Pedagogical practice.

Introdução

Adotar uma postura acessível na prática pedagógica é uma premissa que precisa se fazer valer, a fim de contemplar a diversidade presente nos contextos educacionais. Estratégias que repensem e reúnam esforços nesse sentido contribuem para que se amplie a ideia de alteridade entre as pessoas envolvidas nos processos educativos, internalizando tais condutas e estimulando a disseminação da acessibilidade como um exercício cotidiano.

Traremos, desse modo, como contribuição a esse panorama, a perspectiva da audiodescrição, entendida como uma modalidade de tradução audiovisual (ARAÚJO; ALVES, 2017), que se configura também como um recurso de acessibilidade comunicacional direcionado preponderantemente às pessoas com deficiência visual (mas expansível também a outros públicos), em que "[...] as imagens são articuladas em enunciados verbais que, por vezes, podem promover uma melhor compreensão e ampliação do sentido" (CEREJEIRA; ALVES, 2021, p. 162).

A ideia de alteridade aqui defendida, bem como a das perspectivas dialógicas que se desencadearão nos contextos educacionais por meio das práticas acessíveis, estão alicerçadas nas reflexões bakhtinianas (BAKHTIN, 2017), pois, entendemos que a incorporação de tais estratégias educativas sensibilizam e convergem para uma reeducação do olhar em relação à diversidade de modos de ser, estar, pensar e interagir com o mundo e com as outras pessoas.

Acreditamos que, enquanto educadores, ao incorporar uma postura acessível, estamos colaborando para perceber as alternâncias entre os sujeitos, seus discursos e as relações das réplicas do diálogo, nas quais, conforme indica Bakhtin (2017, p. 299), "[...] os ecos da alternância dos sujeitos do discurso e das suas mútuas relações dialógicas aqui se ouvem nitidamente".

A instauração de uma prática pedagógica que privilegie uma postura calcada na acessibilidade é, por conseguinte, um processo de sensibilização em seu sentido mais pleno, pois exige dos educadores uma interrupção para instigar o contato com a experiência, a desconstrução (ou reconstrução) de padrões e metodologias preexistentes que ressignifiquem as formas como aprendemos,

ensinamos e, sobretudo, de como interagimos com a outra pessoa e seu modo diverso de ser.

A experiência, a possibilidade de que algo nos passe ou nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2014, p. 160).

Assim, na perspectiva de uso da audiodescrição em contextos educacionais, o "parar" estará diretamente relacionado com as estratégias educativas e metodológicas que iremos utilizar a fim de proporcionar o acesso, ou a acessibilidade, aos nossos interlocutores. E isso requer mesmo um gesto de resignificação de nossas práticas, de modo a nos propor, enquanto profissionais da educação, um olhar e uma análise crítica do quão acessíveis estamos sendo, de que forma, considerando-se as pessoas com deficiência visual, estamos contemplando-as e propiciando, de fato, o acesso aos conteúdos e imagens que nos cercam a todo instante e que, dada sua onipresença, estão também ali com o propósito de informar e deflagrar instâncias interativas e comunicativas.

A ênfase em se ter uma postura acessível seria, assim, a premissa basal para que pensemos em todas as configurações que permeiam os contextos educacionais, em suas mais variadas instâncias, seja na própria espacialidade do ambiente escolar, seja nos materiais didáticos, nas mídias e tecnologias que utilizamos nas aulas, nos eventos escolares ou até mesmo nos espaços que vão além do âmbito educacional, virtuais ou não, já que estes, também, configuram-se como espaços de aprendizagem e de troca.

Nesse panorama, portanto, a audiodescrição precisará estar incorporada à prática cotidiana, ou seja, conforme aponta Mianes (2017), em uma abordagem instrumental, mais pragmática e de certa forma, por que não, um tanto intuitiva que, neste caso, demandará, conforme aponta Silva (2019), um agenciamento das pessoas envolvidas nos processos. A autora defende assim

[...] a importância de os professores da sala de aula comum terem em sua formação conhecimentos acerca da audiodescrição. Contudo, há evidências de que, para além da formação, o agenciamento desse recurso de tecnologia assistiva na prática desses professores, como um procedimento pedagógico, demanda a mediação do outro, especificamente do professor que atua no AEE, um dos principais

agenciadores da audiodescrição no contexto escolar, tendo em vista que o uso da tecnologia assistiva e a articulação com a sala de aula comum estão implicados em suas atribuições (SILVA, 2019, p. 282-283).

A argumentação que defende a importância dos educadores terem conhecimentos em audiodescrição, leva-nos a refletir que não se trata de especializá-los a fim de torná-los audiodescritores, como em uma perspectiva profissional, mas que, na verdade, com base em conhecimentos prévios sobre este recurso de acessibilidade comunicacional, estes possam incorporá-lo no cotidiano de suas atividades, quase que como em um modo automático, ou seja, em uma perspectiva naturalizada e espontânea, que se preocupa, antes de tudo, com o ato educativo, consciente, alteritário e dialógico, no sentido de propor o acesso à informação que, afinal, é um direito de todas as pessoas.

Assim, a possibilidade desse agenciamento em contextos educacionais que pressuponha uma prática docente em uma perspectiva abrangente e diversificada, tal como aponta Alves (2012), pode favorecer as diversas instâncias educacionais e contribuir para a disseminação das práticas acessíveis entre todas as pessoas envolvidas.

1 A audiodescrição incorporada à prática pedagógica

Ao discutir o eixo da acessibilidade em contextos educacionais e, portanto, da audiodescrição, uma questão central se desvela. Em que medida, a partir da audiodescrição incorporada à prática pedagógica, é possível criar uma postura acessível no ambiente escolar, de modo a contemplar as pessoas com deficiência visual?

Tentaremos, a partir do questionamento acima, tecer algumas indicações de caminhos e possibilidades. O primeiro passo, nesse caso, é pensar que a adoção de uma postura acessível requer uma mudança de paradigmas e, como tal, implica um olhar atento sobre a diversidade presente nos contextos educativos, ou seja, de identificar as especificidades e demandas inerentes a cada pessoa. A reeducação do olhar para a diversidade presente nos contextos educacionais oportuniza, assim, a instauração de um modelo de escola, de ensino, de instituição que acolhe e pensa a diferença, não como falta, mas como possibilidade.

[...] um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (GLAT; BLANCO, 2007, p. 16).

As barreiras, nesse caso, podem ser tanto as físicas como as atitudinais e solicitam dos educadores um olhar ainda mais atento, no sentido de estabelecer uma cultura no ambiente escolar que promova a acessibilidade entre todas as pessoas. As barreiras atitudinais podem, nesse ínterim, ser inclusive mais problemáticas por demandarem esforço reinventivo, tanto da prática quanto da postura. Essas barreiras afetam diretamente a intercomunicação e, quando não resolvidas, comprometem estruturas de ensino e aprendizagem. Isso requer, portanto, a abertura de um circuito dialógico que desafie as pessoas envolvidas a inteligir, a se propor transitar em estruturas comunicativas que estimulem o diálogo, a reconstrução de parâmetros, o pensamento sobre (e com) o outro, sobre o mundo e a diversidade que as cerca.

A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica, a quem comunica, a produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo, por isso, é dialógico e não polêmico (FREIRE, 2011, p. 26).

O ato dialógico pode contribuir de forma significativa nos processos educativos porque dedica tempo e percepção para que se ouça, compreenda e reflita sobre a outra pessoa e seu modo de ser. A compreensão, nesse sentido, se dará por diversos vieses, desde os aspectos comunicativos e interativos, até os meios utilizados, como os recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva, que poderão se fazer presentes, a fim de proporcionar o acesso e ampliar as relações dialógicas. A troca estabelecida entre a diversidade de olhares e existencialidades nos contextos educacionais desvela, reformula e amplia a própria prática pedagógica, que precisará estar introjetada de uma intencionalidade e alicerçada na multidimensionalidade desses panoramas.

Considera-se que, nas práticas pedagogicamente construídas, há a mediação do humano e não a submissão do humano a um artefato técnico previamente construído. Assim, uma aula ou um encontro educativo tornar-se-á uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades. Será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; será pedagógica à medida que buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados. Nesse aspecto, uma prática pedagógica, em seu sentido de práxis, configura-se sempre como uma ação consciente e participativa, que emerge da multidimensionalidade que cerca o ato educativo (FRANCO, 2016, p. 536).

Daí que, pensar a acessibilidade comunicacional como uma premissa e inseri-la no cotidiano de sala de aula, como no caso da audiodescrição, se constituirá como uma potente estratégia, visto que, a partir da visibilidade desse recurso por todas as pessoas envolvidas, se desvelará uma prática pedagogicamente construída, pensada com a intenção de criar e consolidar a cultura da acessibilidade na realidade pretendida. Assegurada essa premissa, poderá se ter uma dimensão mais assertiva do quão eficientes serão os constituintes dessas redes dialógicas, como elas serão ampliadas, ressignificadas e redimensionadas no que se refere à convivialidade, à diversidade e à alteridade.

O esforço de trazer a acessibilidade em contextos educacionais poderá ser reverberado na forma de benefícios para todas as pessoas, já que se estará contribuindo para uma espécie de reeducação do olhar, no sentido de vislumbrar a diversidade das pessoas, das formas como cada uma aprende, se expressa, sente e pensa, ocasionando assim um contexto no qual a alteridade é premissa basal e as relações dialógicas se tornam expandidas (CEREJEIRA, 2022, p. 16).

No caso da audiodescrição, ao adotar a prática de audiodescrever as visualidades que compõem as inúmeras instâncias educativas, os educadores estarão, além de propiciando o acesso à informação desses conteúdos, estimulando todas as pessoas envolvidas, e não somente as pessoas com deficiência visual, ao ato de ler imagens, princípio hoje, fundamental para diversas atividades. Os contributos da leitura de imagens serão decisivos para que esses agentes efetivem suas inferências, seus posicionamentos críticos, bem como a própria interconectividade que perpassa a contemporaneidade, no tocante à onipresença das visualidades.

A diversidade obriga escolas e professores a repensar a dinâmica de sala de aula, a introduzir novas ferramentas que possam colaborar para o sucesso de tarefas, dentre elas a tarefa de promover o acesso a esse universo repleto de imagens para todos os alunos, incluindo alunos com deficiência visual, alunos com dificuldades de aprendizagem, alunos que não conseguem compreender aquilo que leem, para despertar a curiosidade e ampliar sua visão de mundo. Aprender a ler imagens pode colaborar para a formação de alunos mais críticos, mais capazes de compreender os aspectos culturais, históricos e sociais contidos nas informações visuais. [...] O objetivo principal [...] é tornar a audiodescrição conhecida por professores, do ensino infantil à universidade, para que possam utilizá-la como recurso de acessibilidade e ferramenta pedagógica que ajude na remoção das barreiras comunicacionais na escola, lugar em que se utilizam, fartamente, recursos imagéticos (MOTTA, 2016, p. 16).

Desse modo, ao pensar no exercício cotidiano de audiodescrever as ima-

gens dos materiais didáticos, slides, filmes, vídeos, características físicas e pessoais, das espacialidades e do dinamismo que está incorporado a todos esses referenciais imagéticos, os educadores estarão contribuindo com uma prática pedagógica acessível e estimulando o princípio basilar da alteridade, da diversidade, que delinearão perspectivas dialógicas realmente consolidadas e efetivas. A instauração dessa ambiência é, assim, extremamente oportuna, por deflagrar a percepção de que a acessibilidade se constitui como direito estabelecido e precisa fazer parte de uma rede dialógica que a produz e a dissemina. Estratégias lúdicas e educativas poderão ser articuladas com o intuito de trazer os olhares para a audiodescrição enquanto parte de uma prática pedagógica que se orienta pela alteridade e concentra esforços no ato de contemplar a todas as pessoas, seus encontros e intercâmbios de culturas.

Tal perspectiva se dá, por assim dizer, amalgamada em [...] práticas pedagógicas que se intercambiam no encontro dessas culturas, entre alunos com e sem deficiência visual, suscitando a visibilidade de zonas de contato ou modos de ser e estar no mundo, que podem concorrer para relações de convergência sem obliterar a singularidade das culturas e dos agentes envolvidos (CEREJEIRA, 2020, p. 234).

O exercício de estimular as zonas de contato entre todas as pessoas, com ou sem deficiência visual, por meio da audiodescrição, poderá proporcionar significativas transformações na realidade educacional, na própria rede de relacionamentos e interações que, expandidas, contemplarão outras realidades e diversidades, instaurando assim novas perspectivas dialógicas.

2 Pensando estratégias acessíveis

Postos os argumentos que instauram a perspectiva de uma postura acessível no contexto escolar, incorporando-se, assim, a audiodescrição à prática pedagógica, faz-se necessário pensar quais estratégias podem ser ponto de partida para a adoção de condutas pautadas na acessibilidade que contemplem todas as pessoas envolvidas na ambiência educacional. E por que todas as pessoas? Porque será, justamente, esse agenciamento o responsável pela internalização dessas estratégias acessíveis, considerando-se, portanto, um panorama ampliado de acessibilidade transversa (LEYTON, 2021), no qual os agentes imbricados nos processos trabalharão com a disseminação dessa cultura de acessibilidade nos espaços educativos em que atuam.

Partiremos aqui de premissas bem elementares que, de certo modo, constituem um caráter basal, primário e intuitivo, quando se trata de acessibilidade e,

mais especificamente, de audiodescrição. O primeiro ponto a considerar, nesse ínterim, é que a audiodescrição precisa estar presente na rotina dos educadores quase como um procedimento natural e espontâneo, de modo que seja exercitada periodicamente e em situações diversas. Só a partir desse exercício é que se dará, então, uma verdadeira incorporação desses princípios acessíveis pelos educadores na prática pedagógica.

Levando-se em conta que a audiodescrição visa à ampliação do acesso aos conteúdos e linguagens visuais, é primordial que se adote como diretriz básica que todas e quaisquer imagens que estejam postas em materiais didáticos, como livros, apostilas, slides, quadros, cartazes, dentre outros, possam ser, minimamente, descritas, como forma de contemplar as pessoas com deficiência visual e outras pessoas que também possam ser contempladas pelo recurso.

Nesse ponto, voltamos a frisar que a incumbência aqui não será a de que os educadores atuem como audiodescritores profissionais, mas que, apropriados dos conhecimentos elementares e intuitivos sobre audiodescrição, possam colocar em prática esse exercício de audiodescrever as imagens que utilizam ou que façam parte dos materiais didáticos já referidos. E o que vai além dos materiais didáticos, também é preciso descrever? Sim. Dentro do possível, tudo que fizer parte, em termos, do contexto escolar, que ofereça a linguagem visual como prerrogativa para a comunicação, é interessante que seja audiodescrito. Exemplos disso? Painéis e cartazes que se situem nos corredores, a própria estrutura física do espaço educacional, ou seja, tudo que também está em constante modificação, como elementos decorativos e readequações na própria espacialidade do ambiente.

Some-se a isso, também, a própria audiodescrição das características físicas, tanto de educadores como de alunos e demais profissionais que fazem parte da comunidade escolar, pois essas informações também fazem parte do conjunto visual que circunda as pessoas no cotidiano. Uma vez audiodescritas as características físicas – e espera-se que elas não se modifiquem drasticamente em um curto espaço de tempo –, podem-se reforçar, diariamente, apenas os elementos variáveis, como por exemplo acessórios, peças do vestuário, variações de corte de cabelos ou penteados, dentre outros aspectos que estão sempre em constante mutação.

Oferecer acesso a toda uma gama de informações visuais que fazem parte da ambiência educacional por meio da audiodescrição é um exercício cotidiano que se alicerça no princípio fundamental e imprescindível da alteridade, porque estabelece-se uma interlocução com o outro a partir desses elementos que estão

sempre comunicando algo por meio da visualidade.

[...] o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia a dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural). Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião sempre têm uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro (em forma pessoal ou impessoal), e este não pode deixar de refletir-se no enunciado. [...] Reiteremos: o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas (BAKHTIN, 2017, p. 300).

Desse modo, estabelecer a conexão com o outro por meio da audiodescrição é abrir um espaço para que se ampliem as ressonâncias e perspectivas dialógicas. É pensar que esse acesso e esse exercício cotidiano na prática pedagógica inspira outras pessoas e a adoção, por elas, de uma também postura e um pensamento acessível, alteritário, dialógico. Ampliando-se aqui a exposição de mais quesitos importantes no que se refere à audiodescrição, uma outra instância que merece um olhar atento diz respeito aos eventos escolares, que podem ocorrer esporadicamente ou em datas comemorativas. A preparação do corpo pedagógico e o acionamento de uma equipe colaborativa serão primordiais para que tais eventos contemplem o público de pessoas usuárias do recurso da audiodescrição.

Isso porque, em muitas ocasiões, não se terá à disposição uma equipe profissional de audiodescrição, tampouco recursos financeiros para tal contratação mas, por outro lado, esse ou aquele evento não poderá deixar de contemplar as pessoas que fazem uso da audiodescrição, ou seja, o evento não poderá deixar de permitir a acessibilidade para essas pessoas, o que, por si só, já caracteriza uma questão bastante dilemática. Todavia, se pensarmos pelo viés de que já exista na escola uma rede colaborativa que conhece o recurso da audiodescrição, e que promove diariamente o exercício de incorporá-la naturalmente às suas abordagens promovendo, dessa forma, uma interlocução acessível, as coisas poderão tornar-se mais palpáveis e os dilemas, mais fáceis de serem resolvidos.

A estratégia, nesses casos de eventos maiores, como apresentações teatrais, festivais de arte, cinema, feiras de ciência, gincanas ou similares, será a de acionar uma equipe multidisciplinar que atue em uma força-tarefa para que a acessibilidade, no caso, a audiodescrição, não deixe de estar presente nessas ações que, conforme sabemos, se utilizam (e muito) de uma multiplicidade de códigos e estratégias visuais. Obviamente que não teremos interferência pro-

fissional em termos de audiodescrição para esses eventos escolares, mas, ao menos, o princípio basilar de ter a acessibilidade estará assegurado, ainda que de forma intuitiva ou experimental. Isso não significa, contudo, que se está infringindo uma conduta ética no que se refere aos profissionais audiodescritores. Trata-se, tão somente, de estimular uma cultura de acesso que pode e deve se amalgamar nos contextos educativos, de forma a contemplar a diversidade presente nestes espaços.

[...] se nós pudermos compreender o que normalmente é considerado limitação como potencialidade, poderemos vislumbrar e conceber espaços que celebram e se beneficiam da riqueza da diversidade. [...] quando o acesso é uma operação poética, a experiência é o caminho (LEYTON, 2021, p. 86).

Para que tudo isso seja possível, obviamente, terá de se fazer valer a conduta já reforçada neste estudo, de se perseguir a cultura do acesso ou da acessibilidade no contexto escolar para que, dessa maneira, quando vierem a surgir empreitadas como a de eventos escolares de grande porte, isto não se torne um dilema ou uma frustração, mas um momento e um espaço aberto para o encontro com a diversidade, com outras formas de fruir e outros olhares. E tal prática se faz valer, ressalta-se, também para as ações do cotidiano que extrapolam o ambiente escolar, caso das redes sociais, hoje tão presentes em qualquer esfera. A comunicação nesses canais também precisa ser acessível, visto que a interlocução entre educadores e alunos ultrapassa o âmbito da escola e por vezes se dá também em redes e mídias sociais.

Por isso, a necessidade – novamente reforçamos –, de se ter uma postura acessível e, sempre que for postar fotos, materiais ilustrativos ou vídeos curtos, manter a prática de exercitar a audiodescrição desses conteúdos visuais pela audiodescrição. É a cultura do acesso se fazendo valer, procurando contemplar a diversidade por meio de uma comunicação alicerçada na acessibilidade. O que se ganha com isso, além da garantia ao acesso? Uma sociedade eticamente responsável e comprometida com o respeito à diversidade. Uma cultura de acessibilidade que se instaura no ambiente educacional e se expande em outras instâncias, resignificando premissas fundamentais para as relações interpessoais, de caráter expandido e, por conseguinte, alteritárias, e que se dão a partir da ampliação dialógica entre todas as pessoas presentes e envolvidas nesses contextos.

Considerações finais

Entendemos que a prática pedagógica, considerando-se o contexto da acessibilidade, pode ser ressignificada com o intuito de se adotar uma postura acessível que contemple todas as pessoas e, portanto, a diversidade, em seu direito fundamental ao acesso e à educação. No caso das pessoas com deficiência visual, tomando por base o exposto neste estudo, as contribuições e benefícios da audiodescrição serão extremamente relevantes para a leitura de imagens, o acesso à informação e formação de senso crítico. Tal proposição fundamenta-se no princípio basal da acessibilidade e converge assim para que se articulem estratégias acessíveis que possam ser incorporadas à atuação dos educadores em sua prática pedagógica.

As práticas acessíveis serão prerrogativa para a reformulação metodológica com o uso da audiodescrição nos contextos educacionais, de forma a contemplar a descrição de conteúdos imagéticos, essenciais à compreensão, à formulação de respostas, à ampliação das interações e, conseqüentemente, das relações dialógicas. A constituinte alteritária acerca da outra pessoa que sente, interage e pensa de modo diverso será a ponte para que os educadores assumam uma postura acessível e incorporem a audiodescrição como praxe a todas as instâncias e circuitos do contexto educacional, assegurando-se assim a interconectividade das pessoas de forma interativa e ampliada.

Subjaz a essa perspectiva a incorporação de todo o corpo pedagógico e da comunidade escolar, no sentido de conceber perspectivas dialógicas nas quais seja possível efetivar a desconstrução de estigmas e estereótipos comumente associados às pessoas com deficiência. Reformular esse panorama reverberaria, por conseguinte, na manutenção de uma sociedade mais justa, igualitária, baseada no princípio da equidade e, por assim dizer, eticamente responsável. Seria lançada, ainda, a provocação de rever posicionamentos equivocados, nos quais a deficiência poderia ser vista como ideia de falta ou negação. A efetivação de práticas acessíveis vai, justamente, de encontro a isso, ao propor direcionamentos que estimulam a ideia da possibilidade e não da ausência.

É preciso, portanto, que o *corpus* pedagógico não se torne refém dessas práticas arraigadas e adote o pensamento alicerçado na alteridade, com vistas a sempre estar em diálogo constante com a diversidade, com a diferença, com as inúmeras formas de ser e estar no mundo. A concepção de experiência e de aprendizagem como um processo socialmente mediado pelo outro desvela a necessidade de que as práticas pedagógicas e, por conseguinte, a audiodescrição,

estejam inseridas nos contextos educacionais, no intuito de possibilitar a ampliação da experiência das pessoas usuárias do recurso, considerando uma perspectiva transversal que perpassa toda a estrutura da ambiência educacional, seja a das estruturas físicas, de conteúdo ou interpessoais.

Ressignificar a prática pedagógica a partir da concepção de uma postura acessível traz, sobretudo, a possibilidade de pensar em pessoas, com ou sem deficiência, que terão um posicionamento crítico e social mais responsivo, alteritário e valorativo, a ser instaurado na ampliação das relações dialógicas que, a todo instante, constituem a si mesmo e as outras pessoas.

Referências

- ALVES, Jefferson Fernandes. A audiodescrição no contexto escolar: a imagem sendo revelada pela palavra. *In*: VARELA, Maria da Conceição Bezerra; SILVA, Luzia Guacira dos Santos; KRANZ, Cláudia Rosana; ALVES, Jefferson Fernandes (orgs.). **Educação inclusiva e formação continuada de professores**: diálogos entre teoria e prática. Natal: EDUFERN, 2012. p. 87-103.
- ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; ALVES, Soraya Ferreira. Tradução audiovisual acessível (TAVA): Audiodescrição, janela de Libras e legendagem para surdos e ensurdecidos. **Revista Trabalhos em Linguística Aplicada**. Dossiê Tradução Audiovisual Acessível, v. 56, p. 305-315, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/SPwh3QMQcd8dwgvrFbJwkpN/?lang=pt#>. Acesso em: 07 ago. 2022.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- CEREJEIRA, Thiago de Lima Torreão. **A importância da audiodescrição e da acessibilidade na prática pedagógica**. 2022. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Paulista, São Paulo, 2022.
- CEREJEIRA, Thiago de Lima Torreão. **Poéticas da voz e deficiência visual**: o diálogo entre peça sonora, contação de histórias e audiodescrição na escola. 2020. 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- CEREJEIRA, Thiago de Lima Torreão; ALVES, Jefferson Fernandes. A audiodescrição como performance e a transcrição da cena teatral a partir da contação de histórias: uma proposta (per) formativa. *In*: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; SILVA, Luzia Guacira dos Santos (Orgs.). **Pesquisa em educação especial**: cenários de formação docente e de práticas pedagógicas inclusivas. João Pessoa: Ideia, 2021, p. 160-193. Disponível em: <https://www.ideiaeditora.com.br/produto/pesquisa-em-educacao-especial-cenarios-de-formacao-docente-e-de-praticas-pedagogicas-inclusivas/>. Acesso em: 06 jan. 2022.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. *In*: GLAT, Rosana. (Org.) **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano Escolar. Rio de

Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 15-35.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (Coleção Educação: experiência e sentido).

LEYTON, Daina. Poéticas do Acesso: a acessibilidade como criação poética. In: GONZÁLEZ, Aldo. **Museos e Inclusión: Perspectivas crítico-alternativas producidas desde**

Latinoamérica. Chile: Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva, 2022. p. 84-118.

MIANES, Felipe Leão. A audiodescrição vai à sala de aula: do desconhecimento à uma formação docente inclusiva. In: 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação, **Anais...** Canoas: Editora da Ulbra, p. 1-12, 2017.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. **Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

SILVA, Katyuscia Maria da. **A audiodescrição na formação de professores: um exercício de prática docente com imagens acessíveis**. 2019. 304 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/29176>. Acesso em: 21 jul. 2022.

Sobre os autores

Thiago de Lima Torreão Cerejeira - Doutor em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Natal-RN. E-mail: thiagotcerejeira@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7522422944147959>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-4816-3859>.

Jefferson Fernandes Alves - Doutor em Educação. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEESP), em Educação (PPGEEd) e em Artes Cênicas (PPGARC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Natal-RN. E-mail: jeffersonfernandes248@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1834832958808690>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-0808-7115>.